



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo é a eventual aquisição de medicamento por empresa que seja qualificada, licenciada e/ou autorizada, observados procedimentos licitatórios anteriores ter a finalidade deserta ou fracassado, destinados ao Hospital Municipal Dr João Pereira Martins por um período de 12 (doze) meses, garantindo a continuidade e a qualidade dos atendimentos hospitalares, conforme as necessidades previstas nos setores de emergência e internação:

ITEM	CATMAT	Descrição	Unid	Quant
1	BR0275423	Alteplase IV – 50mg/ml – pó liofilizado-intravenoso – 50ml	Frasco/ampola	24
2	BR0270616	Benzilpenicilina G Potássica injetável – 5.000.000 ui/frasco	Frasco	500
3	BR0352411	Beclometasona (Dipropionato) 400 mcg/ml + Salbutamol (Sulfato) 800mcg/ml suspensão para nebulização flaconetes 2ml	Flaconete	150
4	BR0267615	Captopril 50mg	Comprimido	900
5	BR0331158	Ciprofloxacino solução oftalmológica 0,3% frasco 5 ml	Frasco	50
6	BR0267187	Dexametasona 0,1% suspensão oftálmica (frasco 5ml)	Frasco	50
7	BR0268255	Epinefrina – 1mg/ml – solução injetável 1ml	Ampola	500
8	BR0304872	Morfina 0,2mg/ml – Solução Injetável 1ml	Ampola	200
9	BR0268501	Nalbufina (Cloridrato) 10mg/ml solução injetável – ampola 1ml	Ampola	50
10	BR0268160	Omeprazol IV 40mg – pó liofilizado Intravenoso	Frasco	1000
11	BR0269571-1	Proximetacaína (Cloridrato) – 0,5% solução oftálmica estéril frasco plástico conta-gotas 5ml	Frasco	20
12	BR0268523	Salbutamol (Sulfato) 0,5mg/ml solução injetável ampola 1ml	Ampola	200
13	BR0268236-3	CLORETO DE SÓDIO 0,9% (SISTEMA FECHADO) (FRASCO 250ML) - SORO FISIOLÓGICO	Frasco	2000
14	BR0267107	FENITOÍNA 50MG/ML SOL. INJETÁVEL AMPOLA 5ML	Ampola	300
15	BR0268510	FLUMAZENIL 0,1MG/ML SOL. INJETÁVEL AMPOLA 5ML	Ampola	100
16	BR0267541	GLICOSE 50% SOL. INJETÁVEL AMPOLA 10ML	Ampola	300
17	BR0268115	HIDRALAZINA (CLORIDRATO) 20MG/ML SOL. INJETÁVEL AMPOLA 1ML	Ampola	300
18	BR0342134	HIDROCORTISONA (SUCCINATO SÓDICO) 500MG PÓ INJETÁVEL	Frasco/ampola	1000
19	BR0271599	METILPREDNISOLONA (SUCCINATO SÓDICO) 500MG PÓ LIÓFILO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + DILUENTE	Frasco/ampola	300



20	BR0305718	NOREPINEFRINA (HEMITARTARATO) 2MG/ML SOL. INJETÁVEL AMPOLA 4ML	Ampola	500
21	BR0268277	OCITOCINA 5UI/ML SOL. INJETÁVEL AMPOLA 1ML	Ampola	100
22	BR0268513	OXACILINA 500MG INJETÁVEL (FRASCO AMPOLA)	Frasco	600
23	BR0274989	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/5ML, SOLUÇÃO ENDOVENOSA	Frasco/ampola	600
24		SOLUÇÃO DE GLICERINA 120MG/ML - BOLSAS PLÁSTICAS TRANSPARENTES DE 500ML + SONDAS PARA CLISTER)	Frasco	500
25	BR0292382	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG/ML SOL. INJETÁVEL AMPOLA 2ML	Ampola	1000

- 1.2. Serão considerados para fins de escolha do melhor preço os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos termos do Art. 23 da Lei nº 146133/2021, os quais serão devidamente apurados pelo referido Departamento para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame;
- 1.3. Esse valor constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando à administração pública obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo a licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pela não aquisição do valor registrado;
- 1.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que o Fundo Municipal de Saúde constitui de uma entidade de direito público, pertencente ao poder público municipal e responsável pelo exercício e controle administrativo, financeiro e operacional da rede de urgência e emergência do Município de Sumidouro, que no caso em tela são medicamentos para o Hospital Municipal.

2.2. Tal medida tem por objetivo prevenir a interrupção do fornecimento de medicamentos, evitar agravamento de quadros clínicos por falta de tratamento e garantir a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população, conforme **obrigação constitucional e legal de caráter imperativo**, de natureza **solidária e subsidiária**, que não pode ser afastada por falta de recursos, ausência de convênio ou alegação de competência exclusiva de outro ente. A omissão ou a recusa em garantir o acesso universal e igualitário à saúde viola diretamente os artigos 6º, 23, II, 30, VII, 196 e 198 da Constituição Federal, sujeitando o gestor às sanções civis, administrativas, penais e políticas cabíveis. Portanto, a aquisição emergencial de medicamentos, a manutenção de unidades de saúde e a garantia de atendimento médico-hospitalar e farmacêutico **não são atos de liberalidade do Município, mas deveres jurídicos inescusáveis**.

2.3. Considerando que determinados itens referentes à aquisição de medicamentos nos Pregões nº 64/2024 e nº 47/2025 restaram desertos ou fracassados, a compra desses produtos está sendo realizada por meio de contratação direta. A justificativa fundamenta-se na extrema necessidade desses medicamentos, essenciais tanto para o atendimento de demandas rotineiras quanto para casos de maior gravidade, como infarto, trombose, entre outros. A indisponibilidade desses itens pode ocasionar danos irreparáveis à saúde dos usuários. Ressalta-se, ainda, que alguns medicamentos encontram-se em falta, enquanto outros apresentam níveis de estoque críticos, reforçando a necessidade da medida adotada. Por isso, a quantidade a priori é para atender de forma célere, enquanto a nova licitação completa com os demais itens não é realizada, visto que são muitos itens e demanda maior atenção na sua elaboração, para que siga todas as regras e demandas necessárias.

2.4. Considerando que a empresa solicitou o distrato com a Prefeitura próximo ao encerramento do pregão e que os medicamentos em questão são de extrema importância, não houve tempo hábil para convocar os licitantes remanescentes para o fornecimento. Diante dessa situação, torna-se necessária a realização de aquisição direta, a fim de evitar desabastecimento e garantir a continuidade dos serviços essenciais.

2.5. Considerando que não haverá tempo hábil para a realização de pregão destinado à aquisição dos medicamentos, torna-se necessária a adoção deste procedimento, tendo em vista que, conforme já informado, a falta de determinados itens pode ocasionar danos irreparáveis à vida humana.



2.6. A contratação por SRP se justifica, pois estamos diante de demanda de atendimento do Hospital Municipal para atender as necessidades descritas no item anterior, por 12 meses, conforme vierem surgindo as necessidades e, concomitantemente, haja disponibilidade financeira e orçamentária para fazer frente às despesas. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência na Administração Pública, de modo a garantir uma gestão mais racional e efetiva dos estoques.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A natureza do objeto é comum nos termos do inciso XIII, do Art. 6º da Lei 14.133 de 2021;

3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A solução proposta é a eventual aquisição de medicamentos que restaram desertos ou fracassados, com a finalidade de manter o serviço em pleno funcionamento no Hospital Municipal e atender as necessidades de urgência e emergência dos referidos setores hospitalares.

4.2. O ciclo de vida do presente objeto deste Termo será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

4.3. Cabe a contratada entregar os itens, conforme estabelecido nos requisitos da contratação, visto que os objetos são atendidos pela Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

4.4. Este processo é fundamental para a promoção da saúde, garantindo a eficácia dos tratamentos e a segurança dos pacientes. Esses aspectos contribuem para a continuidade de atendimento às demandas da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro/RJ. Considerando que o medicamento é um insumo básico e um dos elementos mais custos-efetivos utilizados para o suporte das ações de atenção e cuidado com o paciente e que tem a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, o desabastecimento compromete a segurança do processo assistencial podendo ocasionar interrupção de tratamentos, aumento de tempo de internação, agravamento do quadro clínico dos pacientes, cancelamento ou adiamento de procedimentos e consequentemente aumento da morbimortalidade.

4.5. A aquisição visa garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

4.6. Os produtos deverão ser entregues sem violação de embalagem, sem deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer o uso ou a qualidade dos mesmos. Em todos os materiais deverão conter dados de identificação procedência, fabricação, validade e número de lote. Após a conclusão do certame a contratada deverá respeitar todas as determinações contidas no termo de referência.

4.7. A contratação por SRP atenderá a demanda de atendimento pelo Hospital Municipal, pelo período de 12 meses, conforme vierem surgindo as necessidades e, concomitantemente, haja disponibilidade financeira e orçamentária para fazer frente às despesas. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência na Administração Pública, de modo a garantir uma gestão mais racional e efetiva dos estoques.

4.8. A presente aquisição e/ou contratação enquadra-se como **solução simples**, sem a necessidade de se adquirir outro produto/serviço para completar sua funcionalidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, na sua forma eletrônica, critério de julgamento por Menor Preço por Item, através do sistema de registro de preços, nos termos dos artigos 75º, inciso VIII e 34 todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do objeto pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

5.2. O contrato poderá ser rescindido ou prorrogado de acordo com o interesse público devidamente justificado.

A CONTRATADA deverá:



- 5.3. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o serviço a ser prestado;
- 5.4. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 5.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.6. Atender às solicitações nos prazos estipulados;
- 5.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 5.8. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE;
- 5.9. Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.
- 5.10. A aquisição atenderá as demandas da Secretaria de Saúde, para o Hospital Municipal, visando o fornecimento adequado de medicamentos, em consonância com as justificativas que embasam a presente solicitação.
- 5.11. Os itens deverão ser entregues em até **20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho** (autorização de fornecimento), para concluir a entrega dos produtos nos locais indicados, sem exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo requisitante, sem custos adicionais;
- 5.12. O local de entrega fica determinado no Almoxarifado Central, situado na Rua Dr. Carolino Ribeiro de Moura, final da rua, s/n, Centro, Sumidouro/RJ – CEP 28.637-000;
- 5.13. Os locais de entrega estão orientados a recusar a mercadorias na sua totalidade em caso de descumprimento de qualquer norma contidas neste documento;
- 5.14. A contratada deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referente às entregas dos itens, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem as especificações previstas no edital do certame;
- 5.15. Todos os itens deste objeto deverão ser entregues com prazo equivalente a, **no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação**, mas nunca se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses;
- 5.16. As datas de fabricação, validade, número de lote e número de registro na ANVISA devem estar impressos em suas embalagens;
- 5.17. A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos medicamentos por ventura entregues com inconsistência, danificados ou não compatíveis com as especificações, sem custo adicional para a contratante;
- 5.18. Deverão conter, obrigatoriamente, na Nota Fiscal as seguintes informações: Nome do medicamento, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade fornecida e laboratório fabricante;
- 5.19. **A apresentação dos itens nas Notas Fiscais deverá estar em unidade** (comprimido, cápsulas, frascos etc.), não podendo estar em caixa, evitando divergências nas informações de quantidades em relação à Nota de Empenho;
- 5.20. **Todos os medicamentos deverão ter registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)** do Ministério da Saúde;

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 6.1. Os itens deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho (autorização de fornecimento), para concluir a entrega dos produtos nos locais indicados, sem exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo requisitante, sem custos adicionais;
- 6.2. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Rua Dr Carolino Ribeiro de Moura, s/n, Centro, Sumidouro-RJ, CEP: 28.637-000;



- 6.2.3. O local de entrega será orientado a recusar os itens na sua totalidade em caso de descumprimento de qualquer norma contidos neste documento;
- 6.2.4. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referente às entregas dos itens, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem as especificações previstas no edital do certame;
- 6.2.5. Todos os itens deste objeto deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua validade, contados da data de fabricação, mas nunca se admitindo entrega com prazo inferior a 12 (doze) meses;
- 6.2.6. As datas de fabricação, validade, número de lote e número de registro na ANVISA devem estar impressos em suas embalagens;
- 6.2.7. A CONTRATADA será responsável pela substituição, troca ou reposição dos medicamentos por ventura entregues com inconsistência, danificados ou não compatíveis com as especificações, sem custo adicional para a CONTRATANTE;
- 6.2.8. Deverão conter, obrigatoriamente, na Nota Fiscal as seguintes informações: Nome do medicamento, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade fornecida e laboratório fabricante;
- 6.2.9. A apresentação dos itens nas Notas Fiscais deverá estar em unidade (comprimido, cápsulas, frascos, etc.), não podendo estar em caixa, evitando divergências nas informações de quantidades em relação à Nota de Empenho;
- 6.2.10. Todos os medicamentos deverão ter registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde;
- 6.3. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos itens, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7. GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115, caput);
- 7.2. Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:
- 7.2.1. Fiscal Técnico / Contrato: Jorge Mariano dos Santos , Matrícula nº 12.07.3216;
- 7.2.2. Gestor do Contrato: Sandro Alex Ramos, Matrícula nº 95.07.4451;
- 7.2.3. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §1º);
- 7.2.4. Os fiscais do contrato informarão a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §2º).
- 7.3. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119);
- 7.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).
- 7.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, caput).
- 7.5.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º).



- 7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, Art. 44, §2º);
- 7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, Art. 44, 31º);
- 7.8. Antes do pagamento da Nota Fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- 7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 8.1.1. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela CONTRATANTE, após a verificação da qualidade e quantidade do medicamento e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 8.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis;
- 8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 8.1.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- 8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

- 8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
- 8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.3.1. o prazo de validade;
- 8.2.3.2. a data da emissão;
- 8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- 8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;



- 8.2.3.5. o valor a pagar; e
- 8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;
- 8.2.5. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;
- 8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 8.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa;
- 8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

- 8.3.1. O pagamento será efetuado, nos termos do Art. 7 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);
- 8.3.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

- 8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;
- 8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024;
- 8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 8.4.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, na sua forma eletrônica, critério de julgamento por Menor Preço por Item, através do sistema de registro de preços, nos termos dos artigos 75º, inciso VIII e 34 todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do objeto pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do Art. 62, da Lei nº 14.133/2021;

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.10. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;
- 9.11. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 9.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;
- 9.13. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.15. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, Art. 69, caput, inciso II).



Qualificação Técnica

- 9.16. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- 9.17. Autorização de Funcionamento da **ANVISA** da Licitante. (não será aceito qualquer tipo de protocolo);
- 9.18. **Licença Sanitária** emitida pela Vigilância Sanitária Municipal, dentro da validade, pertinente ao objeto licitado;
- 9.19. Certidão de Regularidade emitida pelo **Conselho Federal de Farmácia**, dentro da validade, pertinente ao objeto licitado.

10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

- 10.1. Não se aplica.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O custo estimado unitário e total da contratação ou valor de referência para aplicação do MENOR PREÇO será o constante da planilha orçamentárias anexa a este documento, conforme preconiza o item 1.2 do presente termo;
- 11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
 - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Fundo Municipal de Saúde;
- 12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- Secretaria Municipal de Saúde: 1801.103020056.2.236.3390.30.00.160000
- 12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Sumidouro–RJ, 25 de novembro de 2025.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO

PROCESSO 4317/2025

RÚBRICA _____ FLS _____

Fiscal do Contrato <hr/> Jorge Mariano dos Santos Enfermeiro Matrícula nº 12.07.3216	Gestor do Contrato <hr/> Sandro Alex Ramos Coordenador do Departamento Hospitalar Matrícula nº 95.07.1188
---	--

Autoridade Competente
Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. <hr/> Fabíola da Silva Wernech Matrícula: 25.07.5292 Secretária Municipal de Saúde